

INQUÉRITO CIVIL N. 06.2020.00003425-3

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por seu Promotor de Justiça, e o **MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ n. 83.102.780/0001-08, com sede na rua Celso Ramos, n. 5070, Centro, Benedito Novo/SC, representado neste ato pelo Prefeito em exercício **Laurino Dalke**, nos autos do Inquérito Civil n. 06.2020.00003425-3, autorizados pelo artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85 e artigo 97 da Lei Complementar Estadual n. 738/2019, e:

CONSIDERANDO as funções institucionais do Ministério Público previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal, na Lei Orgânica Nacional e na Lei Orgânica Estadual do Ministério Público;

CONSIDERANDO que o Código de Defesa do Consumidor estabelece como direito básico do consumidor a proteção à vida e à saúde, bem como a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral;

CONSIDERANDO a Portaria GM/MS n. 888, de 4 de maio de 2021, que dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade, na forma do Anexo XX da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017;

CONSIDERANDO que *"Toda água destinada ao consumo humano,*

distribuída coletivamente por meio de sistema, solução alternativa coletiva de abastecimento de água ou carro-pipa, deve ser objeto de controle e vigilância da qualidade da água" (Art. 3º da Portaria GM/MS n. 888, de 4 de maio de 2021).

CONSIDERANDO que *"Toda água destinada ao consumo humano proveniente de solução alternativa individual de abastecimento de água está sujeita à vigilância da qualidade da água" (Art. 4º da Portaria GM/MS n. 888, de 4 de maio de 2021).*

CONSIDERANDO que compete à Secretaria Municipal de Saúde exercer a **vigilância** da qualidade da água em sua área de competência, em articulação com o responsável por SAA ou SAC, além de **manter atualizados** no **SISAGUA** os dados de cadastro, controle e vigilância das formas de abastecimento de água para consumo, realizar **inspeções sanitárias periódicas** em sistemas e soluções alternativas de abastecimento de água e carro-pipa, e inserir, no **SISAGUA**, os **dados do monitoramento de vigilância da qualidade da água para consumo humano** (Art. 13, incisos I, III, VI e IX da Portaria GM/MS n. 888, de 4 de maio de 2021);

CONSIDERANDO que também compete à Secretaria Municipal de Saúde analisar as informações disponíveis sobre as formas de abastecimento de água para consumo humano, com o objetivo de avaliar o cumprimento dos dispositivos aplicáveis e, **quando identificadas não conformidades, proceder com as ações cabíveis**, dentre outras as previstas no Art. 13, inciso X, da Portaria GM/MS n. 888, de 4 de maio de 2021);

CONSIDERANDO que compete à Secretaria Municipal de Saúde determinar ao responsável por SAA ou SAC, quando verificadas não conformidades que apontem para situações de risco à saúde, que: 1 - elabore plano de ação; 2 - adote e informe as medidas corretivas; 3 - amplie o número mínimo de amostras; 4 - aumente a frequência de amostragem; e/ou 5 - inclua o monitoramento de

parâmetros adicionais (Art. 13, inciso XI, da Portaria GM/MS n. 888, de 4 de maio de 2021);

CONSIDERANDO que, mensalmente, é disponibilizado número de amostras para cada município por meio dos laboratórios da rede LACEN, a fim de permitir a análise das amostras de água coletadas por parte das Vigilâncias Sanitárias Municipais;

CONSIDERANDO que o Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água (SISAGUA) é um importante instrumento do Programa Nacional de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (VIGIAGUA);

CONSIDERANDO, no que se refere às análises, que estas devem obedecer aos Padrões de Potabilidade (Capítulo V) para os diversos parâmetros: microbiológico (Art. 27), bacteriológico (Art. 27, § 6º), turbidez (Art. 28), cloro residual livre, cloro residual combinado ou dióxido de cloro (Artigo 32), padrão de substâncias químicas que representam risco à saúde e cianotoxinas (Artigo 36) e padrão organoléptico (Artigo 38);

CONSIDERANDO que *"No controle da qualidade da água, quando forem detectadas amostras com resultado positivo para coliformes totais, mesmo em ensaios presuntivos, ações corretivas devem ser adotadas pelo responsável pelo SAA ou SAC e novas amostras devem ser coletadas em dias imediatamente sucessivos até que revelem resultados satisfatórios"* (Art. 27, § 1º, da Portaria GM/MS n. 888, de 4 de maio de 2021);

CONSIDERANDO as irregularidades apontadas no presente Inquérito Civil, indicando que o **MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO** não realiza em sua integralidade o controle da qualidade da água, segundo a Portaria MS GM/MS n. 888, de 4 de maio de 2021, conforme Ofício n. 1910/2020 e o Parecer Técnico n. 155/2021, ambos da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado de Santa Catarina.

RESOLVEM

Celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, de acordo com os seguintes termos:

Cláusula 1º - DO OBJETO: O presente Termo de Ajustamento de Conduta tem como objeto sanar as irregularidades acerca do controle da qualidade da água para consumo humano no MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO.

DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO:

Cláusula 2ª - O COMPROMISSÁRIO compromete-se a, por meio do Serviço de Vigilância Sanitária, em **até 60 (sessenta) dias**, exercer a efetiva vigilância da qualidade da água em sua área de competência, em articulação com os responsáveis pelo controle da qualidade da água para consumo humano (artigo 13 da Portaria GM/MS n. 888, de 4 de maio de 2021), bem como:

1. elaborar, quando necessário, normas pertinentes à vigilância da qualidade da água complementares às disciplinas estadual e nacional;
2. alimentar e manter atualizados, **mensalmente**, no SISAGUA, os dados de cadastro, controle e vigilância das formas de abastecimento de água para consumo;
3. autorizar o fornecimento de água para consumo humano, por meio de sistema ou solução alternativa coletiva de abastecimento de água, considerando os documentos exigidos no Art. 15 da Portaria GM/MS n. 888, de 4 de maio de 2021;
4. autorizar o fornecimento de água para consumo humano por meio de carro-pipa;
5. realizar inspeções sanitárias **periódicas** em sistemas e soluções alternativas de abastecimento de água e carro-pipa;

6. solicitar anualmente ou sempre que necessário, o plano de amostragem ao responsável por SAA ou SAC;

7. emitir parecer sobre o plano de amostragem elaborado pelos prestadores de serviço em até 30 dias após o recebimento;

8. inserir, **mensalmente**, no SISAGUA, os dados do monitoramento de vigilância da qualidade da água para consumo humano;

9. analisar as informações disponíveis sobre as formas de abastecimento de água para consumo humano, com o objetivo de avaliar o cumprimento dos dispositivos da Portaria GM/MS n. 888, de 4 de maio de 2021 e, **quando identificadas não conformidades, proceder com as ações cabíveis**;

10. determinar ao responsável por SAA ou SAC, quando verificadas não conformidades que apontem para situações de risco à saúde, que: **a)** elabore plano de ação; **b)** adote e informe as medidas corretivas; **c)** amplie o número mínimo de amostras; **d)** aumente a frequência de amostragem; e/ou **e)** inclua o monitoramento de parâmetros adicionais;

11. intensificar as ações do Programa VIGIAGUA quando ocorrerem eventos de massa, situações de risco a saúde ou eventos de saúde pública relacionados ao abastecimento de água para consumo humano;

12. realizar as ações de vigilância da qualidade da água para consumo humano nas áreas urbanas e rurais, incluindo comunidades tradicionais, aglomerados subnormais, grupos vulneráveis e comunidades indígenas eventualmente localizadas na sede do município e em terras indígenas não homologadas, neste caso de forma articulada com o respectivo Distrito Sanitário Especial Indígena;

13. avaliar o atendimento dos dispositivos da Portaria GM/MS n. 888, de 4 de maio de 2021 e anexos, por parte do responsável por SAA ou SAC, notificando-os e estabelecendo prazo para sanar a(s) irregularidade(s) identificada(s);

14. encaminhar, imediatamente, aos responsáveis pelo controle da qualidade da água para consumo humano e as respectivas agências reguladoras, informações referentes aos eventos de saúde pública relacionados à qualidade da

água para consumo humano; e

15. solicitar aos prestadores de serviço as informações sobre os produtos químicos utilizados no tratamento de água para consumo humano e sobre os materiais que tenham contato com a água para consumo humano durante sua produção, armazenamento e distribuição.

Cláusula 3ª - O COMPROMISSÁRIO compromete-se a cumprir com o plano de amostragem mínimo de análises dos parâmetros da qualidade microbiológica da água para consumo humano - turbidez, cloro residual livre (ou outro composto residual ativo, caso o agente desinfetante utilizado não seja o cloro), coliformes totais/*Escherichia coli* e fluoreto – referente às três formas de abastecimento de água (SAA, SAC e SAI), conforme prevê a Diretriz Nacional do Plano de Amostragem da Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano.

Parágrafo primeiro. O COMPROMISSÁRIO compromete-se a realizar o monitoramento mínimo do VIGIAGUA, de forma a contemplar pelo menos 90% da população local abastecida englobando SAA, SAC e SAI, considerando a meta do Plano Nacional de Saúde.

Cláusula 4ª - O COMPROMISSÁRIO compromete-se a cumprir com o plano de amostragem para monitoramento, com a realização de 10 (dez) coletas mensais para os parâmetros básicos de cloro residual, turbidez e microbiológico, e no mínimo 5 (cinco) coletas mensais para análise de fluoreto.

Cláusula 5ª - O COMPROMISSÁRIO compromete-se a, sempre que forem identificadas situações de risco à saúde, elaborar em conjunto com os responsáveis por SAA ou SAC um plano de ação e tomar as medidas cabíveis, incluindo a eficaz comunicação à população, sem prejuízo das providências imediatas para a correção das não conformidades (Art. 48 da Portaria GM/MS n. 888, de 4 de maio de 2021).

Parágrafo primeiro. O COMPROMISSÁRIO poderá exigir dos responsáveis por SAA e SAC a elaboração e implementação de Plano de Segurança da Água (PSA), conforme a metodologia e o conteúdo preconizados pela Organização Mundial da Saúde ou definidos em diretrizes do Ministério da Saúde, para fins de **gestão preventiva de risco à saúde** (Art. 49 da Portaria GM/MS n. 888, de 4 de maio de 2021).

DO DESCUMPRIMENTO

Cláusula 6ª - O COMPROMISSÁRIO ficará sujeito ao pagamento de multa cominatória no valor de **R\$ 500,00 (quinhentos reais)** por cada evento desconforme e/ou violação às obrigações descritas nas cláusulas do presente ajuste, cujos valores serão destinados ao Fundo de Reconstituição de Bens Lesados de Santa Catarina.

DAS OBRIGAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Cláusula 7ª - O Ministério Público compromete-se a não adotar qualquer medida judicial contra o COMPROMISSÁRIO, no que diz respeito aos itens acordados, caso o ajustamento de conduta seja integralmente cumprido durante o prazo estipulado.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

Fica o COMPROMISSÁRIO, desde logo, cientificado de que este Inquérito Civil será arquivado, encaminhando-se os autos ao Conselho Superior do Ministério Público que poderá, ou não, homologar o pactuado. As partes reconhecem, porém, a certeza e liquidez das obrigações assumidas no presente compromisso de ajustamento de conduta.

O presente ajuste entra em vigor na data da assinatura.

Por estarem ajustados, firmam este Termo com eficácia de título executivo extrajudicial nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85.

Timbó, 07/02/2022.

TIAGO DAVI SCHMITT
Promotor de Justiça
(assinatura eletrônica)

LAURINO DALKE
Prefeito em exercício
Município de Benedito Novo/SC

Testemunhas:



ANI CAROLINI DA SILVA
Assistente de Promotoria

Alexandra Guidarini Stortti
Responsável pela Secretaria Municipal
de Saúde e Assistência Social, do
Município de Benedito Novo/SC.